

O PPGD possui um Programa de Bolsas de Estudos e Isenções de Pagamento de Mensalidade destinado aos discentes que demonstrem, dentre outros critérios, a excelência acadêmica, cujas regras encontram-se estabelecidas no [Regulamento do curso](#). O programa de bolsas privilegia os discentes que possam se dedicar integralmente às atividades para obtenção dos créditos acadêmicos formais, que abrangem tanto o cumprimento das disciplinas como a participação em atividades supervisionadas.

São três modalidades de bolsas de estudos:

- **PROSUP:** Tem por objetivo apoiar discentes de Programas de pós-graduação stricto sensu oferecidos por Instituições Particulares de Ensino Superior.
- **FAPERJ:** Apoia novos programas de mestrado e doutorado no estado do Rio de Janeiro. São considerados cursos emergentes aqueles recentemente recomendados pela Capes. Podem ser concedidas bolsas para as duas primeiras turmas, a partir da data de recomendação do curso pela Capes.
- **FGV DIREITO RIO:** Visa fomentar a formação de acadêmicos e a pesquisa na área de Direito da Regulação. A bolsa de estudos corresponde ao desconto no valor parcial ou integral das mensalidades do curso.

O número de bolsas de estudo e isenções de pagamento de mensalidade a serem concedidos a cada ano, será definido no Edital do Processo Seletivo.

Os valores das bolsas de estudo poderão variar em função das atividades que os alunos poderão desenvolver junto ao PPGD e/ou aos Centros de Pesquisa da FGV Direito Rio.

Os candidatos interessados deverão no ato da inscrição no processo seletivo realizar upload do formulário de solicitação de bolsa de estudos, disponível no Edital, devidamente preenchido e assinado, com a documentação abaixo:

- a) Última declaração de imposto de renda pessoa física ou responsáveis do Requerente, composta de: (i) Recibo de Entrega da declaração de Ajuste Anual; (ii) Declaração detalhada. (Obs: Sendo os responsáveis isentos de declarar imposto de renda a comprovação se dará mediante declaração escrita e assinada pelo próprio interessado);
- b) Comprovante de despesa fixa com moradia (aluguel, condomínio e/ou, prestação de financiamento imobiliário);
- c) Comprovante de despesa fixa de consumo (última conta de luz, gás e telefone, fixo e/ou celular);
- d) Comprovante de despesa fixa com tratamento de doenças crônicas (se houver);
- e) Comprovante de despesa fixa com irmãos, descendentes ou ascendentes do Requerente (se houver); e

f) Outros documentos julgados pertinentes.

A falta da apresentação de qualquer um dos documentos exigidos acima inviabilizará a apreciação.

O deferimento das bolsas pela Comissão de Bolsas de Estudos da FGV Direito Rio será alocado segundo critérios estabelecidos pela Coordenação do Programa e de acordo com a disponibilidade de recursos.